Pobreza típica ... de trabalho atípico

LUCIANO VASAPOLLO
PROFESSOR DA UNIVERSIDADE ROMA LA SAPIENZA E DIRETOR CIENTÍFICO DO CENTRO STUDI TRASFORMAZIONE ECONOMICO SOCIALI E DA REVISTA PROTEO

No passado, a pobreza estava quase sempre associada aos países menos industrializados, menos desenvolvidos e mais marginalizados, do sistema econômico de desenvolvimento. Tratava-se, então, de distanciar o problema dos países de capitalismo avançado que pareciam ser mais ricos. Porém, nos últimos anos, absolutamente, esta não é a situação real.

Na realidade, muitas análises e investigações efetuadas por institutos e centros de estudos vinculados a organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial, confirmam que o desemprego, as desigualdades distributivas, também vinculadas ao crescimento desmedido dos preços da produção e do consumo e a cada vez maior precariedade do mercado de trabalho têm aumentado e agravado o "problema da nova pobreza".

A globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos estão acompanhadas da realidade de centenas e centenas de milhões de trabalhadores desempregados e precarizados no mundo inteiro. O sistema fordista nos havia acostumado ao trabalho pleno e de duração indeterminada. Agora, ao contrário, um grande número de trabalhadores tem um contrato de curta duração ou de meio expediente; os novos trabalhadores podem ser "alugados" por algumas poucas horas ao dia, por cinco dias da semana ou por poucas horas dois ou três dias da semana.

Contratos de formação de trabalho, bolsas de estudo e aprendizagem, planos de recolocação profissional, bolsas de trabalho, contratos temporários de idosos aposentados, trabalhos socialmente úteis e de utilidade pública, contratos atípicos na administração pública, são apenas algumas das dezenas de formas e combinações de trabalho atípico. Se observarmos a situação do ponto de vista dos trabalhadores, imperam a insegurança econômica, a total falta de perspectivas, as dificuldades de conciliação dos tempos e a precariedade em cada fase da própria existência, etc.

É necessário lembrar que o aumento da precariedade do trabalho também traz com ele um aumento da instabilidade dos rendimentos e a isto se acrescenta o fracasso gradual do Estado Social, sobretudo em relação à seguridade social. Tudo isso ainda provoca a piora da situação do trabalhador e causa uma situação permanente de precariedade das formas de vida: "A precariedade é um processo geral, um processo que condiciona a existência de toda a força de trabalho pós-fordista. O processo de precarização do trabalho, esta experiência de incerteza comum no trabalho vivo pós-fordista, foi estabelecido por etapas, mudanças, por passagens cruciais. Primeiramente, as etapas das intervenções legislativas que vêm provocando, pouco a pouco, o fracasso da edificação de todas as garantias conquistadas pelo trabalhador fordista e vêm introduzindo, de fato, a possibilidade de fazer uso da força de trabalho em um regime de flexibilização".[1]

É justamente com a flexibilização imposta pelas regras de eficiência das empresas que se chega à condição de trabalho precarizado, não continuado e temporário, na qual o trabalhador é abandonado frente a um empresário com o qual ele tem de negociar seu salário e o tempo que ele vai dedicar ao trabalho.

A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos, garantias sociais e mesmo democracia. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade: "O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta esta debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente desamparada, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias seja em relação ao futuro seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não ocupação".[2]

[1] Andrea Tiddi. *Precari. Percorsi di vita tra lavoro e non lavoro*. Roma: Derive Approdi, p. 25.

[2] *Idem*, p. 75.

Tudo isso se soma – e não substitui – às velhas formas de pobreza. Os dados oficiais continuam a assinalar que no "Sul" do Mundo, são mais de 100 milhões as crianças que vivem nas ruas, são mais de 250 milhões de meninos que trabalham, mais de 300 milhões de meninos que são militares e mais de um milhão de mulheres jovens que são obrigadas a se prostituir. E esses dados não consideram o "sul profundo", onde qualquer estimativa é impossível. É suficiente lembrar apenas que 80% da população do mundo vive no Terceiro Mundo e tem à sua disposição menos de 20% da riqueza mundial e que, a cada ano, mais de 14 milhões de meninos morrem antes de chegar aos 15 anos de idade. Para se ter uma idéia do problema da pobreza é suficiente pensar que, em 2001, mais de 1,2 bilhão de pessoas não dispunham sequer de um dólar por dia para satisfazer suas necessidades básicas (45% da população da África Sub-Saariana, 40% da população da Ásia e 16% da população da América Latina vive com menos de um dólar/dia). E é sempre importante lembrar que uma sétima parte da população mundial possui quatro quintos da riqueza, consome 70% da energia global e 85% da madeira do planeta.

O primeiro *Relatório sobre a pobreza na Europa*, de 2002, que se utiliza como indicador de limite de pobreza a metade da renda média, evidencia que, nos estados membros da União Européia, o percentual mais elevado da população pobre entre os anos de 1987 e 1997 foi registrado na Itália (14,2%) e no Reino Unido (13,4%).[3] Na realidade, esse método analisa a pobreza apenas do ponto de vista aritmético, pois, estabelecendo o percentual daqueles que estão abaixo dos 50% da renda média *per capita*, faz uma grande generalização da situação e não é possível compreender quais as diferenças existentes entre as pessoas daquela faixa de renda. Além do mais, não se pode subestimar a questão: o crescimento da renda *per capita* média, na Europa, por exemplo, pode ser considerado sinônimo de maior riqueza ou é causado pela diminuição do número de nascimentos e, portanto, da população total? E mais, deve-se medir o grau de pobreza a partir de uma base individual ou familiar?

[3] Caritas Europa. *Report on poverty in Europe*. Bruxelas: 2002. Esse estudo estatístico e descritivo da condição social no Continente foi realizado graças às contribuições de 43 instituições nacionais de caridade.

Até hoje, de todo modo, não existe um indicador geral e absoluto válido para medir a pobreza; não existe um limite fixo e válido para enquadrar uma pessoa entre os pobres ou menos pobres; não há, tampouco, uma unidade de base segura sobre a qual trabalhar (que seja renda ou consumo).[4] A isso se associa o "*recrudescer dos conflitos no mundo – incluída a Europa Oriental*", que vem causando um aumento do número de refugiados, de solicitações de asilo e de imigrantes. Por último, mas não menos importante, soma-se a aceleração do processo de globalização neoliberal, "*ocasião para uma injustiça maior*", como denuncia a investigação. De fato, também está sendo globalizado "*o tráfico de mulheres e crianças, a segurança global, o tráfico de drogas e o terrorismo internacional*".[5]

Fica evidente, ainda, a distribuição desproporcional dos recursos. Por exemplo, no Reino Unido, 20% dos ricos gozam de 43% dos recursos disponíveis, enquanto 20% dos pobres utilizam apenas 6,6% dos recursos. Entre os novos pobres estão os desempregados, os trabalhadores mal remunerados, os idosos e as famílias numerosas. Não há indicadores estatísticos que consigam medir, com rigor, o conjunto das condições de pobreza que em toda a Europa vem apresentando um achatamento em relação ao modelo dos Estados Unidos, com a "velha pobreza" acompanhando as novas formas de pobreza de trabalho.

Em substância, entre os anos 1995 e 2001, a União Européia, mesmo que tenha diminuído o percentual de pessoas com risco de completa pobreza (passando de 17% para 15%), continua, em todo o modo, com mais de 55 milhões de pessoas ameaçadas. Entre elas, os jovens e os menores estão na categoria de maior risco, porque também muito influi a evasão escolar (na Itália, o índice de evasão escolar é de 29%, contra a média européia de 18,5%).

Um estudo da Comissão Européia demonstra que os países que mais investem em proteção social (como os do Norte da Europa) têm níveis de pobreza mais baixos (como, por exemplo, a Suécia, com apenas 10% de pobres).

O Pacto de Estabilidade e Crescimento aprovado em 1997 começou sua verificação em 1998, ano em que os critérios do Tratado de Maastricht co-

[4] Na Itália há duas fontes principais de dados sobre o tema: a Investigação sobre a produtividade da família, do Banco Central Italiano e a investigação anual do Istituto Nazionale di Statistica (Istat), sobre os balanços das famílias.

[5] Cf. Caritas Europa. *Report on poverty in Europe*. *Op. cit.*, p. 10.

meçaram a vigorar, na União Européia. Os dados do Painel Europeu (Echop) do ano de 1997 (último ano disponível) evidenciam que "a renda líquida média familiar equivalente nos quatorze países da União Européia era em torno de 11.623 unidades *standard* do poder aquisitivo. Relativamente a este valor, pode-se distinguir dois grupos de países: Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Holanda e Reino Unido, caracterizados por níveis de renda superiores à média européia; Finlândia, Grécia, Irlanda, Itália, Portugal, Espanha e Suécia, com níveis de prosperidade abaixo da média".[6]

Entre os anos 1994 e 1997 a Itália tinha aumentado a renda familiar em relação aos níveis de renda familiar médios europeus, diferentemente da Grécia, de Portugal e da Espanha, países nos quais os níveis haviam diminuído. Naturalmente, nos países da União Européia com baixos níveis de renda há desigualdades distributivas maiores. Os únicos países que não se enquadram nesse critério são o Reino Unido e a Bélgica, que têm altos níveis de renda familiar, não obstante os altos valores do Índice Gini, que descreve o nível das desigualdades distributivas.

Entre os países com maior distribuição de renda estão a Finlândia, a Dinamarca, a Suécia e a Irlanda, enquanto a Grécia, a Itália, Portugal e Espanha são aqueles com a pior distribuição. Nos países da União, o percentual da população que foi considerada pobre por mais de dois anos consecutivos alcança 11%. Este valor chega a 8% de pessoas pobres há três anos e 7% há mais de quatro anos. Portugal é o país com o maior percentual de pobreza persistente, com 11,8% de sua população pobre permanecendo nas mesmas condições por quatro anos consecutivos. O país com a menor difusão de pobreza é a Dinamarca.

No que se refere aos rendimentos, nos países da União Européia, o desenvolvimento dos princípios de flexibilização ocupacional e a adesão ao Tratado de Maastricht vêm levando a um progressivo arrocho dos salários, com uma conseqüente diminuição da importância da renda do trabalhador sobre o PIB. Também em relação à estrutura e ao crescimento do salário indireto, as condições européias estão a cada dia mais próximas dos determinantes do capitalismo selvagem anglo-saxão. De fato, se analisados

[6] Consiglio Nazionale dell'Economia e del Lavoro. *La distribuzione e redistribuzione del reddito in Europa. 2000-2001*. Roma: Cnel, jul. 2002, p. 9.

os sistemas de proteção social, percebe-se que nos últimos vinte anos tem havido uma progressiva deterioração da Seguridade e do Estado Social. Em todos os países da União Européia, os processos de reforma radical estão atingindo os antigos sistemas de proteção social e o mercado de trabalho, chegando a intensos processos de privatização da saúde, da seguridade e da assistência. Sofrem com isto, obviamente, as franjas mais débeis da sociedade, aquelas sem trabalho e aquelas cada vez mais numerosas dos trabalhadores precarizados e atípicos.

Os dados do *Statistical Office of the European Communities* (Eurostat) relativos a dezembro de 2003 evidenciam que o desemprego na zona do euro é de 8,8% e de 8% nos 15 países da União Européia (considerando que em dezembro de 2002 o desemprego era de 8,6% na zona do euro e de 7,9% nos 15 países da União).

Em relação ao desemprego sobre a base anual, o Eurostat assinala que Luxemburgo (3,9%), Holanda (4,1%), Irlanda (4,5%) e Áustria (4,6%), são os países com taxas menores, enquanto a Espanha registra o percentual mais alto (11,2%). Ainda em Dezembro de 2003, a taxa de desemprego para os jovens com menos de 25 anos era de 16,6% na zona do euro e de 15,4% nos 15 países da União.

No que se refere ao trabalho temporário, os dados de 1995 registram um valor de horas de trabalho igual a 1.671.000 postos de trabalho em tempo integral anual só na União Européia. O Reino Unido e a Holanda são os países que mais utilizaram o trabalho temporário: o percentual de solicitação dessa forma de flexibilização era de 3,31% na Grã-Bretanha e de 2,68% na Holanda. Em 1997, já se falava de 880 mil trabalhadores ocupados diariamente no Reino Unido e de 225 mil na Holanda. Torna-se evidente a continuação das características prevalentes (idade, educação, setor econômico de emprego) dos trabalhadores por tempo determinado em cada país da União Européia.

Os dados relativos a 2002 são resultado da pesquisa anual da Eurostat sobre a força de trabalho. Foi considerado, inicialmente, o percentual de trabalhadores por tempo determinado, sobre o total dos empregados nos países membros da União Européia, na faixa etária de 15 a 65 anos. Nota-se, nessa pesquisa, como a Espanha se destaca dos demais países, por uma maior incidência deste tipo de ocupação (24,8%).

É importante observar como, naquele país, para cada 4 trabalhadores, um tem esse tipo de contrato de vencimento. Com percentuais mais baixos, seguem a França (12,5%), Portugal (15,5%), Finlândia (14,9%), Suécia (13,2%) e Alemanha (10,6%). Os demais países, Itália, inclusive, se apresentam com valores inferiores a 10%. Merece atenção particular a Irlanda, Luxemburgo e a Grã-Bretanha, que apresentam valores inferiores a 5%, denotando um escasso interesse por uma política de trabalho em curto prazo.

Se analisados os dados por faixa etária dos trabalhadores por tempo determinado, em relação ao total de ocupados e considerando a divisão por gênero, a Áustria, a Alemanha e a Irlanda apresentam um processo decrescente em relação aos jovens, que constituem a parte mais relevante dos trabalhadores por tempo determinado. Nos demais países da União, há uma presença deste tipo de ocupação na faixa etária entre 25 e 49 anos, com picos superiores a 6% na França, Espanha, Portugal, Finlândia e Suécia. Já na faixa etária entre 50 e 65 anos, a quota dos trabalhadores desse tipo nunca supera os 2%.

A Irlanda, a Bélgica, a Finlândia, a Suécia e a Dinamarca apresentam um percentual maior de trabalhadores por tempo determinado e, relativamente ao gênero, na Espanha, Luxemburgo e na Áustria a prioridade é masculina. Nos demais países, não são percebidas diferenças significativas. Observando os dados relativos às trabalhadoras, por faixa de idade, visualiza-se uma maior quota de ocupadas na faixa de idade entre os 25 e 49 anos, tendência não percebida entre os homens, com exceção dos países da Península Ibérica.

A análise dos trabalhadores de tempo determinado por sexo e faixa etária demonstra a vinculação a esse tipo de trabalho, de um maior percentual de mulheres, também na idade adulta. Para os homens, isso acontece entre aqueles para quem esse tipo de contrato representa, provavelmente, uma colaboração inicial, à espera de uma ocupação por tempo mais longo.

Na Espanha e em Portugal, o emprego por tempo determinado assume um comportamento peculiar, seja relativo à faixa etária, seja ao sexo, destacando, não apenas o "imenso" uso de contratos provisórios, mas também a insuficiência de trabalho por tempo indeterminado, a partir da idade de 25 anos.

Foram também analisadas as características principais dos trabalhadores de meio-expediente, dos países da União. Os dados são relativos a 2002, da

pesquisa anual do Eurostat sobre as forças de trabalho. Na Holanda, 43,4% dos ocupados trabalham meio-expediente. Seguem com um percentual entre 10% e 20%, todos os demais países, à exceção da Itália (8,5%), da Espanha (7,9%), de Portugal (8,3%) e da Grécia (4,2%). Este tipo de contrato está presente em quase todos os países do Centro e do Norte da Europa e é pouco utilizado nos países mediterrâneos.

Observando se esse tipo de ocupação é utilizado da mesma maneira por homens e por mulheres, e na faixa etária entre 15 e 65 anos, nota-se que em todos os países da União Européia o percentual de mulheres ocupadas por contrato de meio-expediente é visivelmente superior ao dos homens. Na Holanda, mais de 70% das mulheres ocupadas têm emprego de "tempo reduzido"; seguem a Grã-Bretanha, a Áustria, a Alemanha e a Bélgica, com valores em torno de 40%. Em relação aos homens, o país com o maior número de trabalhadores de meio-expediente também é a Holanda, com uma relação de um para cada cinco trabalhadores. Grã-Bretanha, Alemanha e Suécia apresentam percentuais em torno de 10%, enquanto todos os demais países têm percentuais mais baixos.

Analisando, agora, como se distribuem os trabalhadores de meio-expediente nos principais setores econômicos – agricultura, indústria e serviços – valores expressos em percentuais relativos ao total de trabalhadores, o meio-expediente é utilizado principalmente no setor de Serviços, com exceção de Portugal, onde esse tipo de contrato é mais utilizado na Agricultura. A Indústria tem, em média, 10% de trabalhadores de meio-expediente, com exceção da Itália, cujo percentual chega a quase 20%.

Por país e por categoria profissional, a distribuição de empregados de meio expediente permite observar peculiaridades interessantes nos países considerados. Em todos os países da União Européia, a maioria relativa dos *part-time* está entre os profissionais e empregados, com exceção da Grécia e de Portugal, onde sua presença é mais forte no setor agrícola e na pesca. Nos serviços e no setor de vendas, a participação de trabalhadores de meio expediente é comum a todos os países. No que se refere aos operários e operadores genéricos, este tipo de contrato é muito utilizado na Espanha (35,9%), enquanto é muito pouco utilizado na Suécia (14,1%). Nos demais países, o percentual de utilização desse tipo de contrato gira em torno de 20%.

Os motivos que obrigam a um emprego de meio-expediente não dependem da vontade do trabalhador. Amiúde, eles não têm escolha. Em quase todos os países considerados e, em particular, na Grécia e na Itália, as razões estão na dificuldade de encontrar trabalho permanente, exceção apenas na França, na Holanda e na Irlanda. Nos países escandinavos, o trabalho de meio-expediente parece ser adotado nos períodos de treinamento e de prova que, quase sempre, é seguido de um contrato por tempo determinado. Entretanto, os dados apresentados são apenas dados oficiais que subestimam as formas das pesquisas, o desemprego real, o trabalho precarizado, atípico e, principalmente, os baixos salários.

Vale salientar, contudo, mesmo que com dados oficiais, o drama da pobreza nos países do capitalismo desenvolvido, como uma primeira idéia da situação existente em alguns dos mais representativos países pertencentes à União Européia. Uma análise do fenômeno da pobreza em relação também aos programas em vigência nos vários governos para tentar resolver o problema, considerando, como visto anteriormente que, em paralelo, se flexibiliza ou, dizendo melhor, torna-se precarizado o mercado de trabalho, causando uma condição dita "normal", da atipicidade do trabalho e tendo como resultante a permanência da precariedade do viver social.

Alemanha

O governo, em 2001, apresentou vários projetos para tentar reduzir o problema da pobreza, entre eles, um "Informe sobre a Pobreza e a Riqueza"; um "Plano Nacional de Ação para combater a Pobreza e a Exclusão Social" e um "Programa de Ação 2015: redução da pobreza, responsabilidade global".[7]

O *Informe sobre a Pobreza e Riqueza* demonstrou que houve um aumento da disparidade de renda, pois a relação "90/10"[8] piorou em dez anos, passando de 3,04 em 1988, para 3,26 em 1998 e confirmando o *gap* sempre maior entre pobres e ricos. Também em 1998, 11% das famílias se encontrava na faixa de pobreza relativa.

[7] Cf. *Documenti di programmazione socio-economica del Governo tedesco*. Bonn: 2001.

[8] Trata-se de um método de medição no qual a renda dos 10% mais ricos é dividida pela renda dos 10% mais pobres.

O desemprego atinge mais de 4 milhões de pessoas, das quais mais de 1,5 milhão estava há muito tempo desempregada. Outro fator importante apresentado no informe é a existência de um setor amplo de pessoas que, mesmo trabalhando, estão na faixa dos pobres, fazendo parte daqueles sujeitos a contratos atípicos e com salários baixos. A tabela a seguir mostra que, em 1998, 9,1% da população podia ser considerada vivendo em estado de pobreza. Interessante é a diferença regional existente (os valores são de 8,7% para o Oeste e de 10% para o Leste da Alemanha).

Pobreza na Alemanha (1998)

Grupos da população	% em estado de pobreza
Todos os cidadãos	9,1%
Apenas os pais de família	Em torno de 30%
Desempregados	Em torno de 30%
Imigrantes	18,6 %
Todos os cidadãos da Alemanha Ocid.	8,7%
Todos os cidadãos da Alemanha Oriental	10,7%

No Balanço Nacional de 2002, apenas 92,2 bilhões de euros foram destinados ao Trabalho e aos problemas sociais. No setor de Seguro Aposentadoria, foi adicionado um "cheque de senilidade" vinculado à comprovação da renda e tentou-se resolver o problema do aumento de aposentadorias para as mulheres, mas a grande mudança para a aposentadoria privada diminuiu em muito a eficácia desses programas. Também no setor de saúde registraram-se significativas diminuições de serviços em determinadas áreas e isso provocou um sofrimento para as famílias com rendas mais baixas que não podem arcar com a assistência privada. E este seria o modelo social renano!

Espanha

Nestes últimos anos, a Espanha apresentou uma realidade otimista, falando de êxitos obtidos no campo econômico e considerando-se um país de capitalismo desenvolvido, a ponto de declarar-se como grande potência

mundial. Atualmente, ocupa o sexto posto entre os países industrializados em matéria de investimentos diretos externos e é a oitava nação em recepção de investimentos. Entretanto, os dados sobre a evolução da pobreza mostram apenas uma pequena diminuição da pobreza relativa. O índice de pobreza (ou seja, a renda mensal equivalente a 50% da renda média) era 17,6% em 1995 e 17,5% em 1996. No mesmo período, a pobreza absoluta (25% da renda média) havia estacionado em torno de 3%.

Para reforçar os dados, a Espanha, nos anos 1994-1996 tinha um índice de pobreza permanente de 9,8% contra o índice de pobreza relativa de 17% a 18%. Em 1998, mais de cinco milhões de famílias recebiam ajudas financeiras. É importante sublinhar, de todo modo, que a indenização por desemprego tem um papel fundamental na proteção social, seguida pela integração da aposentadoria mínima.

Reino Unido

O Reino Unido, mais que os outros países europeus, tem registrado aumento da disparidade de renda nos últimos vinte anos. Desde 1998, essa disparidade continuou a crescer e entre 1999 e 2000 já era 23% o percentual da população considerada pobre. As políticas de privatização desenfreada, adotadas nesse país, têm provocado um aumento das desigualdades de tratamento, no âmbito do trabalho, mas também nos setores saúde, habitação, etc.

Apenas recentemente as políticas do governo começaram a buscar uma solução para a pobreza através do aumento das indenizações, da assistência social, etc. O governo afirma que graças a essas novas políticas, desde 1997 até hoje, houve uma redução de mais de 1 milhão em número de crianças que vivem abaixo do limite de pobreza, embora apenas 28 dos 50 indicadores fundamentais tenham apresentado melhora nos últimos anos.

Na realidade, a análise dos balanços das famílias evidencia que os impostos incidem 37,1% sobre a renda bruta, mas estão distribuídos de tal forma que incidem 35,7% nos 10% mais ricos da população, enquanto chegam a incidir 47,7%, nos 10% mais pobres. Mesmo que recentemente o governo tenha se empenhado em aumentar os gastos com saúde (comparado com a média européia), na realidade, diversos centros de estudos econômicos para-governamentais afirmam que, com as intervenções em curso,

não diminuíram, mas aumentaram as disparidades sociais, pois é cada vez maior o percentual de trabalhadores precarizados e pobres.

É interessante mostrar alguns trechos de um livro escrito por Polly Toynbee, uma das mais importantes analistas do periódico *The Guardian*. O livro intitulado *Hard work: Life in low pay Britain*[9] analisa com muita eficiência a situação da Grã-Bretanha mal remunerada.

Despojando-se das vestes de analista, Toynbee se vestiu de porteira de hospital, de empregada de loja de doces, de entrevistadora de investimentos em marketing e de funcionária de uma editora. Por meses, viveu em um apartamento do *council* (uma casa popular), em uma das localidades mais pobres de Londres, *Clapham Park East*. Caminhou muito da rua de sua casa até ao *Job Center* (o escritório de empregos), para buscar trabalho e ao *Benefits Office* (escritório de subsídios) para saber se tinha direito a algum apoio.

Viveu a vida daquele terço da população da Grã-Bretanha sob o *New Labour* definido como "*deserving poor*", ou seja, "os pobres dignos", aqueles milhões de pessoas que trabalham mais de 48 horas por semana, para tentar retirar seus filhos do deserto social que os rodeia. São homens e mulheres de todas as idades que, mesmo com os tremendos horários de trabalho, no final do mês conseguem apenas economizar algo, mas não podem tirar férias, botar gasolina no carro ou comprar um computador.

Toynbee afirma que a Grã-Bretanha tem o maior número de pobres, o horário de trabalho mais longo e é o país da Europa que gasta menos com os serviços, embora o governo de Tony Blair afirme haver derrotado a praga dos salários baixos através do "*minimum wage*", que deveria ser de 7 libras esterlinas e 32 centavos a hora (em torno de 11 euros). Mas Tony Blair considera que as atuais 4 libras esterlinas e 10 centavos sejam mais que suficientes.

O *New Labour* chegou ao governo em 1997 e em seu manifesto havia, entre outras coisas, uma promessa, ou melhor, um valor: o trabalho. Segundo Blair, o "*New Deal*" (o pacto entre os cidadãos e o Estado) havia permitido novas colocações no mundo do trabalho de tantos desempregados. O salário mínimo havia garantido, pelo menos, um pagamento digno.

[9] Polly Toynbee. *Hard work: Life in Low Pay Britain*. Londres: Bloomsbury, 2003.

Se é verdade que a introdução do "*minimum wage*" (em 1999, 3 libras esterlinas e 60 centavos a hora) havia aumentado os salários de 1,3 milhão de pessoas, também é verdade que se tratava de um número inferior àquele pensado pelo governo. E tudo isso porque aqueles valores iniciais eram demasiadamente baixos (as 4 libras esterlinas e 10 centavos atuais não são muito diferentes). A mensagem – escreve Toynbee – é: trabalhar, trabalhar, trabalhar. Mas essa remuneração não tira ninguém da pobreza. Como ainda sublinha Toynbee, há mais trabalhadores pobres do que aposentados pobres. Esses trabalhadores, que constituem a base de nossos serviços públicos, são pobres porque o trabalho que fazem é mal remunerado. As profissões pior remuneradas, em 2002, estavam concentradas nos setores de limpeza, assistência social (aos idosos, em abrigos e em hospitais), nos fornecedores de comida e de bebida, mas também nas escolas.

Em relação a 1970, acrescenta a analista, hoje a Grã-Bretanha aumentou em três vezes o número de crianças que vivem abaixo da linha de pobreza. Se 10% da população "nascida na parte afortunada", no ano passado, obteve um incremento salarial de 7,3%, os 10% que se encontram do lado contrário, apenas obteve um pífio aumento de 4,5%. Toynbee compara com 1970 porque, no início daquela década, havia publicado um livro similar, denominado *Working life*, que se tratava de uma pesquisa sobre o salário e as condições de trabalho no país.[10] Hoje, com seu novo livro, Toynbee volta a realizar alguns trabalhos efetuados em 1970 e chega, sobretudo, a uma conclusão: o salário de hoje é mais baixo, em termos reais, do que aquele de há 30 anos.[11]

Neste contexto, a pobreza é sempre a negação dos principais direitos humanos. Por exemplo, a afluência das eleições de 2001 registrou seu lado negativo nas faixas de renda mais pobres da população e a não afirmação das instituições em geral se converteu em um fenômeno real e de massa.

França

A França é a quarta potência econômica mundial depois dos Estados Unidos, do Japão e da Alemanha e tem sido referência, por um longo tempo,

[10] Polly Toynbee. *A working life*. Londres: Penguin, 1973.

[11] Polly Toynbee. *Hard work*. *Op. cit.*

de um capitalismo europeu temperado e social. De fato, o Estado sempre teve um papel determinante na economia e, hoje, 35% das atividades industriais e 84% das financeiras são controladas diretamente pelo Estado. A economia francesa se desenvolveu graças a uma grande concentração das indústrias e do comércio. Os trabalhadores na França representam quase a metade da população total (26 milhões, entre homens e mulheres), da qual 75% são trabalhadores efetivos. Há 10% de desempregados oficiais.

Analisando os anos de 1996 a 2000, nota-se uma ligeira diminuição do nível de pobreza, lembrando que, na França, o nível de pobreza é calculado (pelo ano 2000) em 579 euros ao mês para uma pessoa e 869 euros para um casal sem filhos. Para cada filho menor de 14 anos, acrescenta-se 174 euros e 290 euros para os filhos com mais de 14 anos. O índice de pobreza relativa, em 1996, era de 7,2% e baixou para 6,5%, em 2000.

Nessa situação, devem ser analisadas as últimas novidades sobre os subsídios sociais. De fato, em janeiro de 2003, algumas coisas mudaram. Houve queda nos subsídios aos desempregados para cerca de 200 mil pessoas e, a partir de janeiro do mesmo ano, o salário desemprego só será concedido por dois anos e não indefinidamente, como anteriormente (para quem já recebe, o prazo estabelecido foi de três anos). Também a denominada renda mínima de colocação (RMI) foi convertida em renda mínima da atividade (RMA) não mais paga pelo Estado, mas por entidades locais, com a obrigação, por parte do trabalhador, de aceitar o trabalho que lhe for proposto, sob o risco de perda do subsídio.

Atualmente, 1.109.000 pessoas recebem a RMA na França. Considerando a composição familiar, há mais de 2 milhões de pessoas que vivem com essa renda mínima e têm pouquíssimas possibilidades de encontrar trabalho (desde 1996 até hoje, apenas a metade das pessoas que receberam o RMI encontrou trabalho e uma terça parte delas foi contratada através de ajuda pública, recebendo, em média, 610 euros por mês).

O governo Raffarin eliminou também o AME, o seguro doença universal, instituído pela socialista Martine Aubry, com o intuito de oferecer cobertura de saúde a quem tivesse direito, em especial aos *sans papiers*. Mais de 150 mil pessoas podem se encontrar sem qualquer cobertura, em caso de enfermidade. 3 milhões de pessoas, segundo a Fundação Abbè Pierre, estão alojadas em condições precárias. O Centro de Estudos Jaques Delors de-

nunciou a existência, na França, de um milhão de crianças vivendo em famílias com renda abaixo da linha de pobreza (no caso da França, 1.100 euros por mês), com graves conseqüências para seu futuro.[12]

A situação italiana: a economia da precariedade

Na Itália, em 2001, uma família composta de duas pessoas, com uma renda igual a 559,6 euros mensais, era considerada pertencente à faixa de pobreza absoluta. O Norte do país evidencia um percentual de 1,3% de pobreza absoluta; o Centro 2,3%, enquanto que o Sul 9,7%.

Nessa situação convivem as mais diversas formas de nova pobreza do trabalho. Uma peculiaridade do mercado de trabalho italiano no início dos anos 1990 era uma estrutura subjetiva de desemprego de caráter conjuntural. De fato, a força de trabalho mais jovem faz parte da maioria dos desempregados e poderia ser considerada não ocupada, mais do que desempregada. Tudo isso criava uma situação de "relativa segurança" familiar, enquanto que em cada núcleo havia pelo menos um adulto capaz de sustentar o desemprego do jovem.

Nos últimos anos, a situação tem mudado muito. A nova estrutura do mercado de trabalho, com a introdução da flexibilização, dos trabalhadores temporários e denominados atípicos, diversificou a composição por idade do desemprego.[13]

Ainda que o Informe Anual do Istat de 2001 registre um crescimento do número de ocupações na Itália em torno de 3% nos anos entre 1999 e 2001, também é necessário evidenciar que não há registro de diminuição do número de pessoas em busca de trabalho nem de uma melhoria na qualidade do trabalho oferecido.

Também a distribuição territorial da ocupação é preocupante: 90% do crescimento ocupacional está concentrado nas regiões do Centro e do Norte da Itália. Entre os anos 1993 e 2001, houve uma diminuição de 24% das pessoas em busca de trabalho no Centro e no Norte, enquanto no Sul regis-

[12] Cf. *Il Manifesto*, 20 fev. 2004.

[13] Cf. Ministero del Lavoro e delle Politiche Sociali. *Povertà ed esclusione sociale in Italia*. Indicatori comunitari e nazionali. Roma: 2003, p. 13-19.

trou-se um aumento de 18%. Em 2001, o percentual de desempregados no Sul era superior a 12,2% em relação aquele registrado em 1993 e as famílias sem rendimentos eram em torno de 67,8%.

Se observados os tipos de trabalho, os dados Istat de 2001 assinalam que as famílias com um membro empregado em um trabalho atípico aumentaram de um percentual de 9,2% em 1993 para 15,5% em 2001.

Uma pesquisa realizada pela S3 Studium, dirigida por Domenico De Masi, e pelo Ministério do Trabalho e das Políticas Sociais, pela Entidade Bilateral Nacional Terciária, pela Formaconf, pela PerformaConfComercio e pela Tk Consultant[14] informa que a Lei nº 30 fará aumentar a ocupação até 2008, mas que, ao mesmo tempo, terminarão as garantias econômicas para os trabalhadores e aumentarão as diferenças existentes entre o Norte e o Sul do País. A pesquisa prevê, ainda, uma crise do trabalho nos setores de seguros e bancários e um aumento no desenvolvimento do setor terciário, sobretudo nos serviços pessoais. Prevê, também, que o número de trabalhadores nesse setor chegará, em 2008, a 15 milhões, com uma presença significativa de mulheres imigrantes e jovens.

Há ainda que lembrar que os trabalhadores atípicos dificilmente são inseridos em uma forma de trabalho regulamentada. Isso significa dizer que também as estatísticas sobre a pobreza do trabalho e o trabalho pobre estejam falseadas e não consigam retratar o drama do viver cotidiano de milhões de famílias.

Os dados do Istat relativos ao ano de 2001, sobretudo aqueles baseados no gasto médio mensal igual a 814,5 euros, indicam que uma família de duas pessoas é considerada pobre se gasta menos do que esta quantia por mês. Considerando as famílias com cinco pessoas, 25% das famílias italianas podem ser consideradas pobres. Em se tratando de pobreza relativa, o dado chega a 36% no Sul do país. A pobreza relativa está, obviamente, muito vinculada ao desemprego e ao trabalho precarizado. De fato, aumenta o número de trabalhadores que não conseguem chegar ao final do mês com seus salários e, portanto, que não conseguem garantir condições de vida minimamente dignas para si e sua família. Nos Estados Unidos, esses traba-

[14] Flexo 2008. *Le prospettive della flessibilità nelle aziende del terziario*. Roma: Confcommercio, 5 febbraio 2004.

lhadores são denominados de "*working poors*", ou seja, trabalhadores pobres que mesmo com algum trabalho estão próximos à linha de pobreza absoluta e que compõem as listas dos novos pobres do trabalho. Na Itália, o número desse tipo de trabalhador está aumentando. O Istituto di Ricerche Economiche e Sociali-Confederazione Generale Italiana del Lavoro (Ires-Cgil), em um recente estudo que está para ser publicado, evidenciou que existem pelo menos 3 milhões de assalariados com remunerações entre 600 e 800 euros por mês e que têm, portanto, uma qualidade de vida muito próxima daquela dos desempregados. Outros 3 milhões de trabalhadores têm salários que não ultrapassam mil euros. Estes também são trabalhadores com um elevado risco de pobreza. Tudo isso é causado não apenas pela crise econômica e pela inflação, mas, também, pela eliminação do Estado Social. Aqueles que sofrem mais desse tipo de empobrecimento são os jovens pais que não são capazes de assegurar um bom padrão de vida a seus filhos nem a eles mesmos.

Os novos pobres são, hoje, aqueles que não podem ter acesso à informação, à cultura, às garantias de renda; são aqueles que não conseguem chegar ao final do mês com seus salários. Hoje, o problema da pobreza abarca um grande número de pessoas que trabalham, mas que recebem rendimentos baixos.

O Istat ainda informou que, em 2002, 22,4% das famílias residentes no Sul da Itália eram pobres, enquanto no Norte o percentual era de 5% e no Centro de 6,7%. Informou, ainda, que 11% das famílias residentes (ou seja, 7,14 milhões de indivíduos – 12,4% do total da população) vivem em condições (estáveis ou temporárias) de pobreza relativa, ou seja, não têm possibilidade de prover suas necessidades normais da vida cotidiana.

Calcula-se que, em média, um núcleo familiar deve dispor de, no mínimo, 823 euros por mês para poder sobreviver. Este valor representa a linha de pobreza relativa calculada para uma família de duas pessoas. Essa cifra é utilizada para 85% das necessidades primárias (alimentação, casa, transporte e vestimenta); apenas 2,8% são utilizados para a educação e saúde.[15] Entre os gastos mais importantes se encontram, sem dúvida, a moradia e a alimentação, que representam 31,1% do gasto médio mensal

[15] Cfr. Ministero del Lavoro e delle Politiche Sociali. *Op. cit.*

de uma família pobre, enquanto para as famílias de maior poder aquisitivo esse percentual é de 18,3%.

Ainda em relação a 2000, calcula-se que são *seguramente pobres* 5,1% das famílias residentes (isso significa 1,137 milhão de famílias) e são definidos como *pouco pobres* 5,9% (ou seja, 1,328 milhão de famílias).

Há que ser evidenciado que a falta de trabalho muito influi sobre a condição de pobreza e que mais da quinta parte das famílias com um membro em busca de trabalho é pobre. O valor aumenta para 37,3% quando os integrantes em busca de trabalho são mais de dois. A pobreza relativa influi muito significativamente se há trabalhadores dependentes, relativamente aos autônomos, e supera 32% no caso daqueles em busca por ocupação.

Três milhões de trabalhadores têm salário líquido entre 600 e 800 euros e outros três milhões têm renda mensal que apenas chega a mil euros. Os "trabalhadores pobres", aqueles que ainda trabalham todos os dias e se encontram no limite da pobreza, são seis milhões. Tantos!

Pelo estudo, fica evidente um fato novo, particularmente inquietante: se é verdade que o "trabalhador pobre" surge como um produto dos contratos atípicos, da flexibilização, do trabalho ilegal difundido, é também verdade que hoje o fenômeno já atinge as categorias históricas do chamado *Made in Italy*, do emprego público e dos serviços, da pequena e média empresa, da habitação e do artesanato. Milhões de trabalhadores são pobres, mesmo trabalhando e tendo um nível de vida um pouco melhor daquele dos desempregados. A situação atual demonstra que a condição de mal estar e de pobreza está, sobretudo, entre os trabalhadores precarizados, entre os jovens em busca de ocupação e entre os aposentados. Mas, como se explica tudo isso?

Em primeiro lugar, há que ser evidenciado que houve uma grande diminuição da produção industrial, juntamente com um grande aumento de preços e os reajustes salariais não têm respeitados os índices da inflação programada. Segundo dados do Istat, a inflação real é, em média, de 2,7%, mas a inflação denominada "percebida" é pelo menos o dobro da real e aquela medida sobre os bens de consumo cotidiano, por parte dos cidadãos, pode ser considerada superior a 15%. Considere-se o quanto se têm perdido, em termos de salário indireto, com as contínuas eliminações do Estado Social e com o também contínuo endurecimento fiscal geral, não apenas sobre os impostos dos rendimentos, mas também sobre o consumo de primei-

ra necessidade. Por último, não se pode esquecer dos incrementos em produtividade, que não retornam, de qualquer forma, ao fator trabalho.

A esse propósito, Agostinho Megale (um dos autores do informe do Istituto di Ricerche Economiche e Sociali sobre os salários) afirma que "temos demonstrado que, na Europa, relativamente ao euro, verifica-se que, contra os 33 pontos de aumento de produtividade, na França, no decênio 1993-2002, o trabalho chegou a 9 pontos; na Alemanha, sobre os 21 pontos, o trabalho chegou a 9,1 e, na Itália, sobre os 18,7 pontos, o trabalho chegou apenas a 3,3%. Podemos nos consolar apenas observando os Estados Unidos, onde o crescimento em produtividade tem sido de 40, enquanto o trabalho chegou apenas a 1,5%".[16]

O problema é muito mais sério, também, porque a Itália, além de registrar apenas 3,3% de restituição ao trabalho, por parte do aumento em produtividade, todo o restante tem sido destinado aos ganhos e proveitos e não aos investimentos produtivos ou às pesquisas. É necessário esclarecer que estão sofrendo com essa situação não só os jovens trabalhadores precarizados, os aposentados ou as classes sociais menos favorecidas, mas também aqueles pertencentes à classe média. O Relatório Itália do *Eurispes*, de 2004, assinala que 96,7% dos italianos sofrem muito, sobretudo, no setor alimentar, de vestuário, mas também com o arrocho salarial.[17]

Breves conclusões

Nos últimos anos, o modelo de democracia capitalista surgido nos Estados Unidos com o fordismo desapareceu provocando uma fragmentação de toda a estrutura produtiva existente e destruindo as próprias formas de convivência civil criadas pelo modelo keynesiano de mediação social.

O processo demográfico, a globalização neoliberal, a comunicação, o nível de educação, o progresso tecnológico e o desenvolvimento organizativo são os fatores que influenciam a relação entre demanda e oferta de trabalho. Enquanto no mundo denominado "desenvolvido", onde estão concentradas todas as atividades científicas, o índice de desemprego varia entre

[16] Chi lavora non mangia. *Carta settimanale*, n. 2, 2004, p. 20-21.

[17] Eurispes. *Rapporto Italia 2004*. Percorsi di ricerca nella società complessa. Roma: jan. 2004.

4% e 14%, no mundo dos países de médio desenvolvimento (onde estão implantadas as empresas deslocalizadas), o mesmo índice varia entre 10% e 20%. No denominado Terceiro Mundo, ao contrário, não é possível medir o desemprego porque não existem regras ou instrumentos capazes de calcular o número daqueles que têm um trabalho real. Nesse contexto, se inserem as novas figuras, características da flexibilização, seja das funções, seja dos horários.

Pela primeira vez, a crise do trabalho ameaça, além dos desempregados, os trabalhadores empregados. A mudança maior aconteceu no sistema de trabalho e no sistema de proteção social. É necessário, então, entender o fenômeno para poder encontrar de imediato soluções que permitam ao trabalhador além de não perder, aumentar sua segurança econômica e melhorar seu nível de vida.

Estamos diante de uma crescente falência de todos os grupos sociais e de um empobrecimento das classes sociais que se consideravam imunes às crises do sistema. Há uma nova intensidade de pobreza cultural, um ataque cada vez maior às formas de proteção social e ao Estado Social, um enfraquecimento dos modelos de representação política e, talvez, pela primeira vez, temos que salvaguardar nossa identidade, o papel e a função social das classes médias, obrigadas a defrontar-se com um risco progressivo de empobrecimento, tendo como perspectiva a imediata precariedade de cada forma e momento do viver social.

A falência do *Welfare State*, que garantia um padrão mínimo de seguridade relativa à saúde, à moradia, às necessidades primárias, influi não apenas sobre os marginalizados e as pessoas já inseridas nos níveis de pobreza absoluta, mas também e em grande parte, sobre aqueles que até poucos anos eram considerados assegurados e garantidos.

O modelo produtivo capitalista produz riqueza que se difunde, mas em "pele de leopardo" e se caracteriza pelo desaparecimento da estabilidade do trabalho e da segurança econômica. Os novos pobres são os profissionais de meia idade, a denominada classe média, que, amiúde, não se pronuncia, se escondendo atrás de uma espécie de "vergonha".

O sistema social nos quais estão representadas as várias formas de exclusão econômica é ainda mais evidente, como também a marginalização da maior parte da população dos desempregados. E os diferentes governos, apoia-

dos pelos economistas, têm justificado o aumento dos índices de desemprego com mentiras bastante ingênuas. Contam entre os ocupados todos os tipos de trabalho por tempo determinado, intermitente ou precário, não deixando ficar evidente que, antes de um fictício aumento da ocupação, diminui significativamente o total dos salários. Por essa razão, pensam em aumentar o índice fisiológico do desemprego de 2% que, nos anos 1950, aumentou para 3% e agora está sendo considerado ótimo o índice de desemprego de 4% registrado na Dinamarca. O risco é, com os recortes no *Welfare*, da transferência do eixo dos serviços públicos para o privado, do aumento da inflação e do número de trabalhadores que não conseguem chegar ao final do mês com seus salários.

Por essa razão a urgência de falar novamente das condições reais dos trabalhadores e não mais de uma "média estatística". De reabrir, então, a questão salarial através de uma nova política dos rendimentos que passe por uma redistribuição completa para salários dos aumentos em produtividade e por uma nova indexação dos salários vinculada ao aumento do custo de vida. Ou seja, incrementos reais do salário direto, indireto ou deferido, com o relançamento do sistema de aposentadoria pública; uma ocupação com salário pleno e com plenos direitos para todos os cidadãos; a redução da jornada de trabalho; um Estado social cidadão, com o reconhecimento imediato de um rendimento social para os desempregados, precarizados e aposentados, pelo menos. Uma nova temporada de direitos do trabalho a partir da abolição da Lei nº 30 e, então, de cada forma de trabalho precarizado, não ou mal pago, reforçando a aplicação dos plenos e amplos direitos para todas as categorias de trabalhadores, para uma nova política fiscal, em favor das rendas mais baixas, que golpeie os grandes capitais e os proveitos financeiros. Enfim, uma sociedade de rendimentos para todos que devolva dignidade aos sujeitos do trabalho e do trabalho negado.